

Como ganhar mais sendo ministro e parlamentar

■ Câmara e Senado continuam pagando os salários do 1º escalão

OSWALDO BUARIM JUNIOR

BRASÍLIA — Duas dúzias de deputados federais licenciados são mantidos pela Câmara para trabalhar nos governos federal, estadual e municipal. Estão licenciados de seus mandatos os ministros da Justiça, Nélson Jobim; da Previdência, Reinholt Stephanes; dos Transportes, Odacir Klein; do Meio Ambiente, Gustavo Krause; e do Planejamento, José Serra.

Todos optaram pelo salário de R\$ 4.088, de parlamentar, em vez dos R\$ 3.138, de ministro de Estado. Os deputados também podem continuar morando em apartamentos funcionais da Câmara ou recebendo R\$ 1.100 de auxílio-moradia, sem precisar apresentar nota fiscal.

Além de melhor salário, o Congresso paga os deputados e senadores por quinzena. Como o salário dos parlamentares é dividido em *subsídio* e *representação*, metade do vencimento sai no dia 5 e metade, no dia 20 de cada mês. No Executivo, o salário mensal é pago de uma única vez, no último dia útil. Também o ministro da Agricultura, senador José Eduardo Andrade Vieira, optou pelo salário de parlamentar, prerrogativa que lhe concede o artigo 56 da Constituição.

De acordo com as negociações do Congresso com o Supremo Tribunal Federal e o Executivo, os novos salários de



Krause (E), Jobim, Stephanes e Serra são quatro dos deputados licenciados para ocupar ministérios que optaram por continuar recebendo os salários da Câmara

ministros e parlamentares deverão ficar entre R\$ 8 mil e R\$ 10 mil, igualando vencimentos dos principais cargos dos três poderes. Somente o presidente da República terá vencimento maior. A negociação, no entanto, envolve a incorporação do reajuste somente para o salário-base dos ministros de tribunais superiores, alterações na Lei da Isonomia para evitar recursos judiciais dos funcionários que não forem beneficiados pelo aumento e emenda constitucional que impeça o repasse do aumento para deputados estaduais e vereadores.

Na atual legislatura, que se encerra no

dia 31, há 31 deputados suplentes — além dos 24 que ocupam cargos no Executivo, há outros sete afastados por motivos pessoais. Estes suplentes, até o fim do mês, terão recebido R\$ 6.588. Além do salário e do auxílio-moradia, há ainda um adicional de R\$ 1.400, pago somente este mês, como ajuda de custo devido à convocação extraordinária do Congresso. No Senado, o número de suplentes é proporcionalmente maior do que na Câmara. Este mês, são 20 suplentes entre os 81 senadores, informa Eduardo Suplicy (PT-SP), autor de um projeto que obriga

a eleição também dos reservas.

As situações mais insólitas são as do Pará, de São Paulo e do Paraná. Suplente de Andrade Vieira, Luiz Alberto (PTB) se recusa a assumir a vaga se tiver de deixar a presidência da Telepar (Telecomunicações do Paraná), ainda que ganhe mais quatro anos de mandato se o dono do banco Bamerindus ficar até o fim do governo Fernando Henrique. O suplente de Mário Covas (PSDB), eleito governador, também pode não assumir: Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão (ex-presidente da CGT), foi submetido a uma cirurgia cardíaca.

Com estas baixas, há quem tente até mesmo reduzir o quórum mínimo para as votações no Senado. Na segunda votação em que um grupo de senadores chantageava o governo e a Câmara, exigindo apoio para a anistia do senador Humberto Lucena — cassado por uso ilegal da gráfica do Senado — em troca da aprovação do economista Périco Arida para presidir o Banco Central, o 1º secretário, Júlio Campos (PFL-MT), queria validar a sessão com apenas 39 senadores em plenário, quando o regimento exige 41 presentes.